



**20° CONGRESSO
BRASILEIRO DE
Infectologia
Pediátrica**
DE 14 A 17 DE NOVEMBRO • SALVADOR/BA

Trabalhos Científicos

Título: Perfil Epidemiológico Da Sífilis Congênita Na Bahia, No Período De 2007 - 2017

Autores: Rafaela Magalhães Silva; Barbarela Amorim Freire; Jamile de Assis Marques Conceição; Larissa Alves Oliveira Leite; Kátia de Miranda Avena

Resumo: Objetivo: Descrever a prevalência de sífilis congênita na Bahia durante os anos de 2007 a 2017. Metodologia: Trata-se de estudo epidemiológico, retrospectivo, de caráter descritivo, contemplando os casos de sífilis congênita notificados e registrados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre 2007-2017. As variáveis de interesse foram: número de casos de sífilis congênita notificados ano a ano, escolaridade materna, realização de pré-natal, tratamento do parceiro da gestante, momento do diagnóstico, cor/raça e sexo dos neonatos e evolução dos casos notificados. O gráfico de dispersão de taxas de sífilis congênita por ano foi plotado e a análise de regressão linear simples foi aplicada para descrever o comportamento destas taxas por ano. A pesquisa dispensa apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo em vista que o DATASUS é uma base de dados pública e gratuita, onde não é possível fazer a identificação dos participantes. Resultados: Verificou-se um aumento anual da taxa de notificação, sendo que em 2007, apenas 166 casos foram notificados, enquanto que em 2017 houve 1.587 notificações, com destaque para 2016 que apresentou 1.835 casos notificados. Comparando as notificações de 2007 para 2017, evidencia-se um crescimento de 856%. Através do modelo de regressão linear ajustado verificou-se um aumento de 175,1 casos de sífilis congênita por ano. Observou-se que a maior parte da população materna possuía ensino fundamental incompleto (22,3%). Quanto à assistência no pré-natal, verificou-se que 71,5% das mães com filhos diagnosticados com sífilis congênita, realizaram pré-natal. Em relação ao diagnóstico, em 29,7% dos casos de sífilis materna, este ocorreu durante a assistência pré-natal, enquanto que outros 29,7% dos casos foram diagnosticados no momento do parto/curetagem e 13,9% após o parto. Quanto à distribuição do número de bebês diagnosticados com sífilis congênita, segundo o tratamento para sífilis pelo parceiro da gestante, observou-se que apenas 25,7% dos parceiros receberam tratamento. Houve maior prevalência da cor parda (59,9%) e do sexo feminino (48,5%) entre estes neonatos. Em relação à evolução dos casos, 82,9% foram notificados como vivos, enquanto 1,9% evoluíram para óbito pelo agravo notificado. Conclusão: A transmissão vertical da sífilis no Brasil constitui um grave problema de saúde pública e as ações de prevenção da sífilis durante o pré-natal não têm sido efetivas. Este trabalho aponta para a necessidade de melhoria na qualidade do serviço de pré-natal ofertado à população. Tendo em vista a importância da penicilina na terapêutica da sífilis congênita, a sua disponibilidade nos serviços de saúde deve ser assegurada pelos órgãos responsáveis a fim de evitar surtos da doença. O uso das informações advindas deste trabalho serve de base para a formulação de novas pesquisas na área, podendo dimensionar a magnitude da sífilis congênita, orientando ações de controle e erradicação da doença.